

É para mim uma satisfação especial receber esta delegação de juízes da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Satisfação porque o Presidente do Brasil faz questão de marcar o compromisso do país com a proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Satisfação, também, pelo fato de a Presidência da Corte estar ocupada por um notável jurista brasileiro, o Professor Antonio Augusto Cançado Trindade.

Essa é a primeira vez que um brasileiro assume a Presidência de tribunal internacional. E é significativo que seja, precisamente, um tribunal de direitos humanos.

O Professor Cançado Trindade prestou, tanto no trabalho acadêmico quanto no âmbito do Estado, uma das contribuições mais enriquecedoras para a política brasileira de direitos humanos. A ele devemos muito do amadurecimento jurídico da matéria no Brasil, e não foi por acaso que sua trajetória de dedicação à causa dos direitos humanos o levaria a ser eleito para este importante órgão do sistema interamericano, sediado aqui na Costa Rica.

Lembremos que, no atual momento, também a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com sede em Washington, é presidida por um brasileiro, o Doutor Hélio Bicudo.

Isso mostra o quanto o Brasil de hoje está comprometido com a proteção desses direitos. E esse não é um compromisso qualquer. É um compromisso que se vincula à própria identidade do Brasil como Nação.

Certa vez, na defesa de um processo de *habeas corpus* perante o Supremo Tribunal Federal, Rui Barbosa – cujo busto estamos inaugurando aqui hoje – lembrou que “os povos não amam as suas Constituições senão pela segurança das liberdades que elas lhes prometem”. Esse é o sentido desta Corte: ajudar-nos na garantia da segurança de nossas liberdades.

Rui Barbosa foi um homem de vastos saberes e de atuação destacada em vários campos. Deixou a marca de sua eloquência e de suas convicções em nossa política e em nossa cultura jurídica. Foi diplomata brilhante, que soube afirmar o prestígio do Brasil, pela defesa dos princípios do direito e da justiça.

É disso que se trata em nossa relação com a Corte Interamericana de Direitos Humanos: que a nossa atuação internacional esteja balizada por valores e princípios universais, que se aplicam a todos, inclusive a nós mesmos.

A referência a esses valores e princípios é essencial no momento em que celebramos os 500 anos do descobrimento do Brasil.

Desde o meu primeiro dia de mandato, fiz dos direitos humanos uma prioridade absoluta para o governo e a sociedade. Coloquei o tema na pauta da celebração da nossa data nacional, o Sete de Setembro, para sublinhar que os direitos humanos são a razão de ser de nossa própria independência como país.

Ninguém ignora que ainda ocorrem, no Brasil como em outros países do mundo, casos graves de violência contra o indivíduo. As próprias condições de desigualdade e exclusão favorecem a ocorrência de violações, seja porque dificultam o funcionamento dos mecanismos do Estado de Direito, seja porque atrasam a consolidação de

uma cultura dos direitos humanos, mas sabemos que as condições econômicas e sociais não são determinantes. A responsabilidade do Estado, e dos governantes, é fundamental.

Foi por isso que formulamos, com a ajuda de ONGs e da sociedade civil, o Programa Nacional de Direitos Humanos, lançado em 1996. Criamos uma Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, ocupada pelo Doutor José Gregori. E o ponto mais alto dessas medidas foi precisamente quando, no final de 1998, decidimos reconhecer a competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Qual foi o sentido dessa decisão?

De um lado, o sentido jurídico que é evidente no próprio ato: o Governo brasileiro reconhece e aceita um mecanismo jurisdicional de garantia dos direitos humanos no plano internacional. Por outro ângulo, a decisão teve um sentido político profundo. O de demonstrar ao mundo, e a nós mesmos, o caráter prioritário e irreversível de nosso compromisso com os direitos humanos. O de evidenciar que não se trata de uma opção deste ou daquele governo, mas de uma obrigação permanente do Estado brasileiro.

Há pouco, autorizei a assinatura do Estatuto do Tribunal Penal Internacional, que representa outro avanço importante. No futuro próximo, estaremos enviando o texto ao Congresso Nacional para exame e posterior ratificação.

Assumir essas responsabilidades no plano internacional não é senão o outro lado da ação interna do Governo em defesa dos direitos humanos.

Ao agradecer a visita dos ilustres juízes da Corte Interamericana, quero reiterar o sentido de minha homenagem a esta instituição: ela é, com justa causa, um orgulho para os povos americanos e um instrumento inestimável de proteção de nossas democracias.

Muito obrigado.

